

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.430 - GO (2019/0135797-7)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**  
**AGRAVADO : SIDIMAR SOARES DA COSTA**  
**ADVOGADO : JEAN FLAVIO FARIA GOMES - GO028840**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que não admitiu recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional e que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 291):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). INFRAÇÃO AMBIENTAL. APREENSÃO DE VEÍCULO. RESTITUIÇÃO DO BEM. POSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA.

1. O entendimento estabelecido neste Tribunal é de que os veículos utilizados na prática de infração ambiental não são passíveis de apreensão, na forma do art. 25, § 4º, da Lei 9.605/1998, se não for identificada situação de uso específico e exclusivo para aquela atividade ilícita.
2. Na hipótese, não ficou caracterizado que o veículo apreendido fosse utilizado exclusivamente para a prática do ilícito ambiental.
3. Sentença confirmada.
4. Apelação e remessa oficial, desprovidas.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 315/318).

No especial obstaculizado, a parte ora agravante aponta violação dos seguintes dispositivos legais:

(I) arts. 25, § 5º e 72, IV, da Lei n. 9.605/1998 e sustenta que os instrumentos utilizados para a prática de infrações administrativo-ambientais deverão ser apreendidos e vendidos.

(II) arts. 744, 747 e 755 do Código Civil e argumenta que deve ser reconhecida a responsabilidade objetiva em relação ao proprietário do veículo que cometeu infração ambiental.

(III) arts. 105 e 106 do Decreto n. 6.514/2008 e aduz que a guarda dos bens apreendidos deve, preferencialmente, permanecer com o órgão fiscalizador, cabendo a nomeação do depositário apenas como medida secundária, a ser tomada no caso de impossibilidade ou impropriedade das condições de instalação do Ente Ambiental (e-STJ fl. 335).

(IV) arts. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981, 373, I e 374, IV, do Código de Processo Civil/2015, pois resta evidenciado no presente caso a responsabilidade do recorrido (proprietário do veículo apreendido) pelos danos causados, posto que, possuindo o auto de infração presunção de veracidade e legitimidade,

# *Superior Tribunal de Justiça*

caberia ao autor provar o fato constitutivo do seu direito, o que não ocorreu (e-STJ fl. 337).

Depois de contra-arrazoado (e-STJ fl. 345), o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 346/350), com base nos seguintes fundamentos: (I) não é cabível, na via especial, o exame de suposta violação de decreto regulamentar e (II) incide o entendimento firmado no REsp 1.133.965/BA.

Na presente irresignação, o agravante alega, em resumo, que é possível a interposição de recurso especial em face da violação do Decreto 6.514/2008, bem como não é caso de incidência do REsp 1.133.965/BA ("Distinguishing").

Vista ao agravado (e-STJ fl. 367).

Em parecer (e-STJ fls. 377/385), o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do agravo em recurso especial.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

No caso concreto, o Tribunal de origem manteve a sentença e afirmou que não ficou comprovada a utilização do caminhão com o fim específico e exclusivo para cometimento de crime ambiental e, por isso, confiou o veículo apreendido ao recorrido, na qualidade de depositário fiel, nos termos do Decreto 6.514/2008.

Vejamos trecho esclarecedor da sentença e o acórdão combatido:

No caso, o veículo apreendido é instrumento de trabalho, não sendo comprovada a sua utilização exclusiva para a prática de crimes ambientais, o que permite a sua guarda com o proprietário, ora IMPETRANTE, durante o transcorrer do processo administrativo.

[...]

A liberação de veículo apreendido transportando lenha sem a documentação exigida encontrava respaldo no artigo 2º, parágrafo 6º, inciso VIII, do Decreto 3.179/1999, mediante o pagamento da multa ou o oferecimento de defesa administrativa.

[...]

Logo, a mudança literal no texto da lei, especificamente nesse, item, não alterou o entendimento de que é possível a liberação de veículo apreendido com a aceitação do encargo de depositário fiel; tudo para não prejudicar o trabalho de quem transporta diversos tipos de cargas.

[...]

Pelo exposto, julgo procedente o pedido a fim de determinar a liberação do veículo apreendido e nomear o IMPETRANTE como depositário fiel, até o

# Superior Tribunal de Justiça

julgamento do processo na esfera administrativa. (e-STJ fls. 217/219).

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) se insurge contra a sentença que concedeu a segurança, determinando a liberação de veículo apreendido pertencente ao impetrante.

Sobre a matéria, é assente o entendimento jurisprudencial de que os bens utilizados na prática de infração ambiental não são passíveis de apreensão, na forma do art. 25, § 4º, da Lei 9.605/1998, se não for identificada situação de uso específico e exclusivo para aquela atividade ilícita.

[...]

Assim, não se verificando a hipótese de utilização do veículo exclusivamente para a prática de ilícito ambiental, não há razão para a reforma da sentença. (e-STJ fls. 293/294):

Como se vê, em face das premissas fáticas assentadas no acórdão objurgado, a modificação do entendimento firmado pelas instâncias ordinárias no sentido do preenchimento dos requisitos para a liberação do veículo e a constituição de depositário fiel, demandaria, indubitavelmente, o reexame de todo material cognitivo produzido nos autos, desiderato incompatível com a via especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO SUBMETIDO AO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. MANDADO DE SEGURANÇA. LIBERAÇÃO DE VEÍCULO UTILIZADO EM TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE USO REITERADO NA PRÁTICA DE INFRAÇÃO AMBIENTAL.

1. O presente recurso decorre de mandado de segurança objetivando a liberação de veículo utilizado em transporte de madeira realizado à margem das disposições legais.

2. O Tribunal de origem decidiu em favor do proprietário sob o entendimento de que não foi comprovada a utilização do veículo de forma reiterada e exclusiva na prática de infração ambiental.

3. Não há como acolher entendimento diverso defendido pelo IBAMA, pois seria necessária a revisão do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pelo teor da Súmula 7/STJ. 4. Na mesma linha de consideração, citam-se: AgInt no REsp 1688450/AC, Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 10/11/2017; REsp 1570346/PR, Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 18/04/2017.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.144.175/PA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 11/12/2018).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IBAMA. TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA. APREENSÃO DO VEÍCULO. LIBERAÇÃO, COM NOMEAÇÃO DO PROPRIETÁRIO COMO FIEL DEPOSITÁRIO. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO FÁTICO DA CAUSA, CONCLUIU PELA AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO RISCO DE COMETIMENTO DE NOVAS INFRAÇÕES. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança, impetrado pela parte agravada contra ato do Gerente Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA em Sobral/CE, objetivando a sua nomeação como fiel

# Superior Tribunal de Justiça

depositário de seu veículo, apreendido por suposta prática de infração ambiental. O Tribunal de origem manteve a sentença, que concedera a segurança.

II. Considerando a fundamentação adotada na origem - no sentido de que "a Administração não demonstrou, de maneira inequívoca, risco de cometimento de novas infrações caso determinada a liberação do bem" - o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte. Nesse sentido, em casos análogos: STJ, AgRg no AREsp 452.815/PA, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 1º/12/2014; STJ, AgInt no AREsp 1.196.084/RO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/08/2018.

III. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1.327.309/CE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 11/10/2018).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA OBJETIVANDO A LIBERAÇÃO DE VEÍCULOS APREENDIDOS. TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 2º, 25, § 4º. E 72, IV DA LEI 9.605/1998. PARA CONCEDER A LIBERAÇÃO, A CORTE REGIONAL ENTENDEU COM BASE NOS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS QUE O VEÍCULO APREENDIDO NÃO ERA UTILIZADO EXCLUSIVAMENTE PARA FINS ILÍCITOS. ENTENDIMENTO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTES STJ. PRECEDENTES: AGRG NO ARESP 455.159/RO, REL. MIN. DIVA MALERBI, DJE 12.2.2016 E RESP 1.436.070/RO, REL. MIN. HUMBERTO MARTINS, DJE 16.11.2015, DENTRE OUTROS. AGRAVO REGIMENTAL DO IBAMA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, decidindo-a forte nos elementos fático-probatórios dos autos, de modo que o acolhimento das alegações deduzidas pelo IBAMA demandaria a proscrição incursão neste acervo processual, através desta seara recursal.

2. No mérito, verifica-se que o acórdão regional está em harmonia para com a jurisprudência deste STJ. Precedentes: AgRg no AREsp. 455.159/RO, Rel. Min. DIVA MALERBI, DJe 12.2.2016 e REsp. 1.436.070/RO, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 16.11.2015, dentre outros.

3. Agravo Regimental do IBAMA a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 519.863/AP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 04/12/2017).

Por outro lado, os arts. 744, 747 e 755 do Código Civil, os arts. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981 e os arts. 373, I e 374, IV, do Código de Processo Civil/2015 não foram analisados no acórdão recorrido, mesmo após a oposição de embargos de declaração, o que denota carecer o especial do indispensável prequestionamento, a atrair a aplicação da Súmula 211 do STJ (AgRg no AREsp 643.037/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Terceira Turma, julgado em 03/05/2016, DJe 09/05/2016).

É verdade que o art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015, vigente ao tempo da publicação do aresto recorrido, consagrou o "pquestionamento ficto", ao prescrever, *in verbis*:

Art. 1.025. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os

# Superior Tribunal de Justiça

embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.

Ocorre que esta Corte tem entendido que o acolhimento do prequestionamento ficto de que trata o aludido dispositivo, na via do especial, exige do recorrente a indicação de violação do art. 1.022 do CPC/2015, "para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (AgInt no AREsp 1.067.275/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, julgado em 03/10/2017, DJe 13/10/2017; AgInt no REsp 1.631.358/RN, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017), o que não ocorreu, *in casu*.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA  
Relator